

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)**

**01.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre:

- (A) Proteção Social.
- (B) Proteção pessoal de desenvolvimento.
- (C) Proteção Humana.
- (D) Proteção Integral.

**02.** Assinale a alternativa correta conforme a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, sobre o direito à liberdade de crianças e adolescentes.

- (A) Inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.
- (B) Preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- (C) Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- (D) Ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante.

**03.** Quanto ao direito à vida e à saúde de crianças adolescentes, inscrito na Lei nº 8.069/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza.
- (B) Incumbe à família proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- (C) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, exceto aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade.
- (D) Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

**04.** Conforme o Art. 69, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos:

- (A) respeito à condição peculiar de pessoa jovem.
- (B) capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.
- (C) capacitação profissional com remuneração.
- (D) respeito ao desenvolvimento social e produtivo do adolescente.

**05.** Com base no direito à convivência familiar e comunitária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens a seguir.

- I) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta.
- II) Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

III) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses.

IV) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada ao Conselho Tutelar.

V) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

Assinale a alternativa que contém os itens corretos.

- (A) I, II e V, somente.
- (B) I, III e V, somente.
- (C) I, II, IV, somente.
- (D) I, IV e V, somente.

**06.** Tendo como referência a Lei nº 8.069/1990, a colocação da criança e do adolescente em família substituta far-se-á mediante:

- (A) guarda, tutela ou curatela.
- (B) tutela, adoção ou nomeação.
- (C) guarda, adoção ou nomeação de responsável.
- (D) adoção, guarda ou tutela.

**07.** Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

- (A) fogos de estampido e de artifício, sem exceção.
- (B) armas, munições e explosivo, exceto aqueles que não causem dano físico.
- (C) bilhetes lotéricos e equivalentes.
- (D) revistas e publicações destinadas ao público infantojuvenil.

**08.** Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial. Essa autorização **NÃO** será exigida quando:

- (A) se tratar de viagem ao exterior; a autorização é dispensável.
- (B) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos.
- (C) a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado com qualquer pessoa.
- (D) a criança ou o adolescente menor de 14 (catorze) anos estiver acompanhado, de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau.

**09.** Para que uma entidade de atendimento não governamental que atua na área da criança e adolescente possa funcionar é necessário registro no:

- (A) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (B) Conselho Tutelar.
- (C) Ministério Público.
- (D) Conselho de Assistência Social.

10. As medidas de proteção à criança e aos adolescentes são aplicáveis quando seus direitos forem ameaçados ou violados. Assinale a alternativa que caracteriza uma medida de proteção provisória e excepcional.

- (A) Orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- (B) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.
- (C) Colocação em família substituta.
- (D) Acolhimento familiar.

11. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o instrumental de encaminhamento de criança e adolescentes às instituições que executam programas de acolhimento institucional, expedido pela autoridade judiciária, é:

- (A) Relatório do Conselho Tutelar.
- (B) Guia de Acolhimento.
- (C) Plano Individual de Atendimento.
- (D) Guia de Recolhimento.

12. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, são diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

- I) Municipalização do atendimento.
- II) Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente.
- III) Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais.
- IV) Mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.
- V) Formação profissional com abrangência dos diversos direitos da criança e do adolescente que favoreça a intersetorialidade.

Assinale a alternativa com os itens corretos.

- (A) I, II e V, somente.
- (B) I, III e V, somente.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, IV e V, somente.

13. Sobre a prática de ato infracional, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, escreva V (**verdadeiro**) ou F (**falso**) para o que se afirma nos itens abaixo.

- Ao ato infracional praticado por criança corresponderá a medida socioeducativa de advertência.
- Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- Nenhuma criança e adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.
- Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade.
- Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Está correta, a seguinte sequência, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F, V.
- (B) V, V, F, V, F.
- (C) F, F, V, V, V.
- (D) F, V, F, V, V.

14. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre a medida de internação, é correto afirmar.

- (A) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.
- (B) A liberação será avaliada aos vinte e um anos de idade.
- (C) Em hipótese excepcional, o período máximo de internação excederá três anos.
- (D) Será permitida a realização de atividades externas, somente com determinação judicial.

15. Quando verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a autoridade judiciária poderá determinar:

- (A) a prisão dos pais e responsáveis.
- (B) o afastamento do agressor da moradia comum.
- (C) encaminhamento para programa de acolhimento familiar.
- (D) encaminhamento a cursos ou programas de orientação.

16. Conforme a Lei nº 8.069/1990, a suspensão ou destituição do poder familiar é medida aplicada:

- (A) à família.
- (B) aos pais ou responsável.
- (C) aos parentes.
- (D) aos descendentes.

17. De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, sobre as atribuições do Conselho Tutelar, leia os itens abaixo.

- I - Elaborar proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- II - Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- III - Aplicar medida cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente.
- IV - Representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

Assinale a alternativa com os itens corretos.

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) II e IV, somente.

18. Considerando a Lei nº 8.069/1990, o acesso à justiça é garantido à toda criança ou ao adolescente, sendo correto afirmar que:

- (A) é garantido o acesso de toda criança ou adolescente somente ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- (B) a assistência judiciária paga será prestada aos que dela necessitarem, através de defensor público.
- (C) os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores.
- (D) é autorizada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

19. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido:

- (A) de quem tenha legítimo interesse.
- (B) somente dos pais e responsáveis.
- (C) exclusivamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (D) da justiça da Infância e da Juventude prioritariamente.

20. Conforme consta no Artigo 245, da Lei nº 8069/90, deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, está sujeito a infração administrativa, com pena de:

- (A) multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
- (B) multa de vinte a cem salários de referência, duplicada em caso de reincidência.
- (C) multa de dez a cem salários de referência, duplicada em caso de reincidência.
- (D) multa de dez a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

#### LEGISLAÇÃO PERTINENTE À CRIANÇA E ADOLESCENTE

21. Com relação à organização e ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, assinale a opção correta.

- (A) Os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente do Município de Fortaleza são órgãos transitórios e autônomos, encarregados pela sociedade de zelar pelos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.
- (B) O Município de Fortaleza contará, no mínimo, com 8 (oito) Conselhos Tutelares, cada qual composto por 5 (cinco) membros, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a criar, a cada mandato, novos Conselhos Tutelares.
- (C) O Conselho Tutelar, funcionalmente autônomo e administrativamente vinculado à Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCÍ, constitui-se em órgão singular.
- (D) Os Conselhos Tutelares funcionarão como contenciosos jurisdicionais, promovendo as medidas necessárias à garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente estritamente na forma da lei.

22. Marque a alternativa que apresenta atribuição legal dos Conselheiros Tutelares, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 9.843/2011.

- (A) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, ainda que antes de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- (B) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (C) Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- (D) Promover e incentivar, na comunidade e nas escolas, ações de reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

23. Com relação ao regime de funcionamento dos Conselhos Tutelares, marque o item verdadeiro.

- (A) Os Conselhos Tutelares funcionarão diariamente, exceto aos feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas.
- (B) O Plantão Central dos Conselhos Tutelares poderá ser realizado em local móvel, de fácil acesso para a população.
- (C) Os plantões em sábados, domingos e feriados serão realizados por meio de 1 (um) plantão de 24 (vinte e quatro) horas para cada dia, a serem compensados em 2 (dois) dias úteis da semana imediatamente posterior.
- (D) O sistema de plantão noturno será organizado em jornadas de 12 (doze) horas diárias, compensadas por meio de intervalos de descanso a serem gozados no dia referente ao plantão e no dia imediatamente posterior.

24. Marque o item correto.

- (A) A convocação do suplente obedecerá estritamente à ordem resultante da eleição, salvo em caso de deliberação contrária do COMDICA.
- (B) O suplente terá o prazo de 2 (dois) dias, contado do recebimento da convocação, para se manifestar oficialmente acerca do interesse e disponibilidade em preencher a vaga.
- (C) Os conselheiros tutelares suplentes farão jus aos direitos decorrentes do exercício da função e receberão remuneração integral referente ao(s) mês(es) correspondente(s) ao período em que atuarem no órgão.
- (D) No caso da inexistência de suplentes, caberá ao COMDICA indicar, de forma suplementar, ex-Conselheiro(s) para o preenchimento da(s) vaga(s).

25. Constituem deveres do Conselheiro Tutelar:

- (A) atender com presteza ao público em geral e à expedição de certidões requeridas para defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- (B) residir no Estado do Ceará e finalizar os atendimentos iniciados em horário regular de funcionamento, desde que não se estendam além do término da jornada.
- (C) tratar com urbanidade as pessoas e representar contra abuso de autoridade, omissão ou abuso de poder.
- (D) zelar exclusivamente pela conservação do patrimônio público e ser leal à missão do Conselho Tutelar.

26. As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

- (A) respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos familiares e culturais.
- (B) incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade exclusivamente com suas características de desenvolvimento.
- (C) adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços.
- (D) adotar abordagem colaborativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os pais, as crianças e os demais membros da família, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços.

**27. Assinale a opção **FALSA**.**

- (A) A prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária.
- (B) Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 5 (cinco) anos completos ou 60 (sessenta) meses de vida da criança.
- (C) A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã.
- (D) Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.

**28. Configura exemplo de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente:**

- (A) ação que lhe cause sofrimento físico no âmbito do seu domicílio, compreendido como o espaço de convívio permanente de pessoas, com vínculo familiar, exceto as esporadicamente agregadas.
- (B) omissão que lhe cause morte no âmbito da sua família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que compõem a família natural, ampliada ou substituta, por laços naturais exclusivamente.
- (C) ação que lhe cause dano patrimonial no âmbito da sua residência, compreendido como o espaço de convívio provisório de pessoas.
- (D) ação que lhe cause sofrimento psicológico em qualquer relação doméstica e familiar na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação.

**29. No que diz respeito à proteção ao noticiante ou denunciante de violência doméstica e familiar, marque a assertiva verdadeira.**

- (A) O poder público garantirá meios e estabelecerá medidas e ações apenas para a proteção da pessoa que noticiar informações ou denunciar a prática de violência.
- (B) O noticiante ou denunciante apenas poderá requerer que a revelação das informações de que tenha conhecimento seja feita perante o juiz.
- (C) Ninguém será submetido à retaliação, represália, discriminação ou à punição pelo fato ou sob o fundamento de ter reportado ou denunciado ação ou omissão que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
- (D) O noticiante ou denunciante não poderá condicionar a revelação de informações de que tenha conhecimento à execução das medidas de proteção necessárias para assegurar sua integridade psicológica.

**30. Assinale a opção que **NÃO** contém medida aplicável aos pais que utilizem castigo físico ou tratamento cruel ao cuidar de crianças e adolescentes.**

- (A) Encaminhamento a cursos ou programas de desenvolvimento socioeducacional.
- (B) Obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado.
- (C) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- (D) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

**31. Marque a alternativa que apresenta ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante contra crianças e adolescentes.**

- (A) A promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico.
- (B) O apoio e o incentivo às práticas de resolução litigiosa de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente.
- (C) A promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação isolada focados nas famílias em situação de violência.
- (D) A integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

**32. Constitui direito e garantia fundamental da criança e do adolescente:**

- (A) receber tratamento digno e específico.
- (B) ter a intimidade e as condições pessoais protegidas quando vítima ou testemunha de violência.
- (C) ter segurança, com avaliação temporária sobre possibilidades de intimidação, ameaça e outras formas de violência psicológica.
- (D) ser ouvido em horário que lhe for mais adequado e conveniente, em qualquer ocasião.

**33. Considerando as determinações legais referentes à escuta especializada destinada à defesa dos direitos da criança e do adolescente, marque a opção verdadeira.**

- (A) Nas hipóteses em que houver risco à vida ou à integridade psicológica da vítima ou testemunha, o juiz tomará as medidas de proteção cabíveis.
- (B) Todos os depoimentos tramitarão em segredo de justiça.
- (C) O juiz tomará todas as medidas apropriadas para a preservação da intimidade e da privacidade da vítima ou testemunha.
- (D) À vítima ou testemunha de violência é garantido o direito de prestar depoimento diretamente ao juiz, se assim entender a autoridade policial competente.

**34. Identifique a opção que **NÃO** traz exemplo de ação que deve ser praticada durante a campanha Maio Laranja.**

- (A) Promoção de palestras.
- (B) Iluminação de prédio público com luz de cor laranja.
- (C) Promoção de atividades lúdicas.
- (D) Veiculação de campanhas de mídia.

35. Assinale a alternativa que indica um objetivo do Programa Rede Aquarela, do Município de Fortaleza, de acordo com a Lei Municipal nº 11.071, de 29 de dezembro de 2020.

- (A) Acolher, atender e encaminhar crianças e adolescentes vítimas de violência psicológica e sexual e seus familiares à Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (DCECA).
- (B) Promover ações de prevenção nas escolas por meio de jogos, palestras e oficinas sobre violência sexual e sobre outros temas transversais para a rede interna e a rede externa.
- (C) Realizar atendimento e acompanhamento psicológico e médico a crianças e adolescentes, bem como a suas famílias, cujos direitos sexuais foram violados.
- (D) Apoiar a implementação de metodologia de integração de programas, de serviços e de ações para a construção e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil.

36. Indique o item que contém ações específicas de competência do Serviço de Atendimento Psicossocial do Programa Rede Aquarela.

- (A) Visitas institucionais aos equipamentos da rede de atendimento às crianças e aos adolescentes para articulação e para fortalecimento de parcerias.
- (B) Visitas domiciliares dos educadores sociais, independentemente do recebimento da notificação da violência.
- (C) Encaminhamentos das crianças, dos adolescentes e dos familiares à rede de proteção psicossocial, bem como aos equipamentos de saúde e aos demais órgãos e instâncias que fazem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
- (D) Grupos trimestrais promovidos pelo serviço social e jurídico, com crianças e com adolescentes, conduzidos pelos psicólogos.

37. Tomando como base o disposto no diploma que institui o Programa de Abordagem Social Especializada de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua - Ponte de Encontro (Lei Municipal nº 11.072, de 29 de dezembro de 2020), marque a opção **FALSA**.

- (A) O Programa será responsável por ofertar, de forma continuada e programada, ações de trabalho social de abordagem e de busca ativa que identifiquem, nos territórios do Município de Fortaleza, a incidência de trabalho infantil, de exploração sexual de crianças e de adolescentes, de situação de rua, dentre outras situações de risco social e pessoal, por violação de direitos.
- (B) Consideram-se criança e adolescente em situação de rua os sujeitos em desenvolvimento, com direitos violados, que utilizam logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia ou de sobrevivência, exclusivamente de intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou de risco pessoal e social pelo rompimento ou pela fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários.
- (C) O Programa Ponte de Encontro deve buscar a resolução de necessidades imediatas da criança e do adolescente em situação de rua, promovendo sua inserção na rede de serviços socioassistenciais e nas demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos.

(D) A caracterização da heterogeneidade das crianças e dos adolescentes leva em consideração a orientação sexual, a diversidade étnico-racial, a religião, a geração, o território, a nacionalidade, a posição política e a deficiência, entre outros aspectos.

38. Assinale a alternativa que não apresenta característica do Programa Ponte de Encontro.

- (A) Será executado preferencialmente todos os dias da semana.
- (B) O órgão gestor poderá planejar a sua oferta de acordo com as especificidades de cada território.
- (C) Será executado diuturnamente.
- (D) Os locais de atuação, de intervenção e de trabalho social do Programa Ponte de Encontro devem estar diretamente ligados à incidência de situações de risco pessoal e social.

39. Marque a alternativa que **NÃO** aponta ação destinada a assegurar a contínua utilização do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência - módulo Conselho Tutelar (SIPIA Conselho Tutelar).

- (A) Programação dos treinamentos.
- (B) Constituição das equipes de suporte aos usuários do sistema.
- (C) Padronização de material instrucional.
- (D) Definição de fluxos de processo de trabalho e registro de todos os atendimentos dos Conselhos Tutelares.

40. Quanto ao funcionamento e à utilização do SIPIA Conselho Tutelar, assinale a opção correta.

- (A) Os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente não poderão editar recomendações e parâmetros complementares com vistas à efetiva implantação, implementação e monitoramento do SIPIA Conselho Tutelar.
- (B) Recomenda-se o apoio à utilização e a divulgação do SIPIA Conselho Tutelar em suas mais diversas iniciativas, junto aos mais variados parceiros, em particular aqueles das áreas de saúde, educação, assistência social e trabalho protegido e segurança pública.
- (C) O acesso às informações do SIPIA Conselho Tutelar será por meio de plataforma aberta, conforme níveis estabelecidos na política de segurança.
- (D) É facultado aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente estabelecer um fluxo de comunicação e interlocução com os profissionais e instâncias que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

#### LEGISLAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE

41. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

- (A) trata apenas sobre a educação pública.
- (B) trata apenas sobre a educação privada.
- (C) trata sobre a educação nacional.
- (D) trata, exclusivamente, sobre a educação de jovens e adultos.

42. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação é:

- (A) dever da Família e da Igreja.
- (B) dever da Família e do Estado.
- (C) dever do Estado e da Igreja.
- (D) dever, exclusivo, do Estado.

**43.** Conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Artigo 2º, a educação:

- I. tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- II. é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Está correto o que consta:

- (A) nos itens I e II.
- (B) apenas no item I.
- (C) apenas no item II.
- (D) os dois itens estão incorretos.

**44.** De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação básica, obrigatória e gratuita, deve ser ofertada para crianças a partir dos:

- (A) 5 anos.
- (B) 2 anos.
- (C) 7 anos.
- (D) 4 anos.

**45.** Em relação ao ensino da Arte, conforme a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, marque a opção correta.

- (A) Constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.
- (B) Constituirá componente curricular facultativo da educação básica.
- (C) Constituirá componente curricular optativo da educação básica.
- (D) Constituirá componente curricular opcional da educação básica.

**46.** A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/1993) instituiu o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de caráter intersectorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social. O PETI tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de:

- (A) 10 anos.
- (B) 12 anos.
- (C) 13 anos.
- (D) 14 anos.

**47.** De acordo com a LOAS (Lei Federal nº 8.742/1993), a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice é:

- (A) um objetivo da assistência social.
- (B) um princípio da assistência social.
- (C) uma diretriz da assistência social.
- (D) uma estratégia da assistência social.

**48.** Prevista pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/1993), assinale o item que corresponde a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias:

- (A) COMDICA.
- (B) CONANDA.

- (C) CRAS.
- (D) CREAS.

**49.** Dentre os benefícios previstos pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/1993), o benefício de prestação continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Para os efeitos desta lei, a família é composta:

- (A) pelo requerente, cônjuge e somente os filhos menores de 18 anos, desde que vivam sob o mesmo teto.
- (B) pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.
- (C) pelo requerente e todas as pessoas que vivam sob o mesmo teto, desde que não tenham nenhuma renda.
- (D) pelo requerente, o cônjuge, os filhos - mesmo que casados - e os dependentes de segundo grau, desde que vivam sob o mesmo teto e comprovem não ter renda.

**50.** Assinale a alternativa que indica as instâncias deliberativas do Sistema Único de Assistência Social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/1993):

- I - o Conselho Nacional de Assistência Social.
- II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social.
- III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.
- IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.

- (A) I, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) III, somente.

**51.** A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tem por objetivo:

- (A) articular e apoiar a implementação da PNAISC, em parceria com os gestores estaduais e municipais de saúde, o alinhamento das ações e serviços de saúde da criança no Plano Nacional de Saúde, considerando as prioridades e as especificidades regionais, estaduais e municipais.
- (B) promover a capacitação e educação permanente dos profissionais de saúde, em parceria com instituições de ensino e pesquisa, para a atenção integral à saúde da criança no SUS.
- (C) promover articulação intersectorial e interinstitucional com os diversos setores e instituições governamentais e não governamentais, com organismos internacionais, envolvidos com a saúde da criança, em busca de parcerias que favoreçam a implementação da PNAISC.
- (D) promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno, mediante a atenção e cuidados integrais e integrados da gestação aos 9 (nove) anos de vida, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando à redução da morbimortalidade e um ambiente facilitador à vida com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento.

52. Para fins da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), considera-se **CRIANÇA** a:

- (A) pessoa na faixa etária de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos, ou seja, de 0 (zero) até completar 15 (quinze) anos ou 180 (cento e oitenta) meses.
- (B) pessoa na faixa etária de 0 (zero) a 12 (doze) anos, ou seja, de 0 (zero) até completar 13 (treze) anos ou 156 (cento e cinquenta e seis) meses.
- (C) pessoa na faixa etária de 0 (zero) a 9 (nove) anos, ou seja, de 0 (zero) até completar 10 (dez) anos ou 120 (cento e vinte) meses.
- (D) pessoa na faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, ou seja, de 0 (zero) até completar 6 (seis) anos ou 72 (setenta e dois) meses.

53. Assinale a alternativa que apresenta três eixos estratégicos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC).

- (A) Atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido; Aleitamento materno e alimentação complementar saudável; Atenção integral à criança em situação de violências, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz.
- (B) Promoção da saúde; Fomento à autonomia do cuidado e da corresponsabilidade da família; Gestão interfederativa das ações de saúde da criança.
- (C) Direito à vida e à saúde; Acesso universal à saúde; Equidade em saúde.
- (D) Promover a capacitação e educação permanente dos profissionais de saúde; Fortalecer a participação e o controle social; Promover articulação intersetorial e interinstitucional com os diversos setores e instituições governamentais e não governamentais, com organismos internacionais, envolvidos com a saúde da criança.

54. De acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), estimular a investigação dos óbitos infantis e fetais pelas equipes de saúde, segundo critérios definidos, preferencialmente com a participação integrada dos profissionais da vigilância epidemiológica e da área de assistência em saúde, é uma competência do(a):

- (A) COMDICA.
- (B) Conselho Nacional de Saúde.
- (C) Comitê Nacional de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal.
- (D) Secretaria Municipal de Saúde.

55. Maria da Silva tem 21 anos e estava gestante de 40 semanas; tratava-se de sua primeira gravidez. Ao acordar, sentiu fortes contrações, quando decidiu ir à maternidade, que é habilitada na Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) de seu município, para ter seu bebê. Ao ser internada, foi orientada, pela Assistente Social, de que poderia ter, durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto, um acompanhante de sua livre escolha, que lhe ofereça apoio físico e/ou emocional. De acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), a orientação dada à gestante trata-se de:

- (A) uma regra institucional que poderá ser modificada a depender da direção da instituição que pode modificar suas normas independente de ser ou não habilitada à Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC).

(B) decisão discricionária da profissional que tem autonomia para decidir quem poderá acompanhar a gestante, de acordo com sua avaliação profissional, independente da instituição ser ou não habilitada à Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC).

(C) uma orientação equivocada, pois é direito somente do pai permanecer como acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto, não sendo permitido a qualquer pessoa permanecer como acompanhante da gestante.

(D) práticas relativas ao critério Global Amigo da Mulher, critério necessário para os estabelecimentos públicos e privados de saúde serem habilitados à Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC).

#### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

56. Considere que você está utilizando um computador com sistema operacional Microsoft Windows 10 e possui uma pasta contendo arquivos com os dados de atendimentos realizados no mês anterior. Os arquivos estão no formato de planilha eletrônica do Microsoft Excel. Para iniciar os atendimentos do mês atual, lhe foi solicitado a criação de uma cópia de um desses arquivos para utilizar como modelo. Analise as opções a seguir.

I – Abrir o arquivo no Microsoft Excel e utilizar a função “salvar como”;

II – Abrir o arquivo no Microsoft Excel e utilizar a função fechar;

III – Selecionar o arquivo na pasta, utilizar o atalho de teclado Ctrl + C, em seguida utilizar o atalho de teclado Ctrl + V na pasta de destino;

IV – Selecionar o arquivo na pasta e arrastá-lo para a pasta de destino.

A cópia do arquivo será realizada corretamente ao se executar as opções:

- (A) I ou II.
- (B) I, II ou III.
- (C) I ou III.
- (D) II ou IV.

57. Analise o seguinte trecho de uma planilha eletrônica do Microsoft Excel.

	A	B	C	D
1	Motorista	KM percorrida	Custo por KM	Total
2	A	76	R\$ 10,00	R\$ 760,00
3	B	88	R\$ 10,00	R\$ 880,00
4			Total	

Assinale a alternativa que contém uma fórmula do Microsoft Excel que pode realizar a soma dos valores da coluna “Total”, na célula D4.

- (A) =TOTAL(D2:D3)
- (B) =MÉDIA(D2:D3)
- (C) =SOMA(D2:D3)
- (D) =RAIZ(D2:D3)

58. Os navegadores de internet atuais, como o Google Chrome ou Mozilla Firefox, costumam exibir um aviso aos usuários ao se tentar acessar sites suspeitos de possuir conteúdo perigoso e/ou fraudulento. Assinale a alternativa que contém um dos motivos que podem gerar esse tipo de aviso no navegador, ao se visitar um determinado site.

- (A) O site visitado é suspeito de ser origem de phishing ou malware.
- (B) O site visitado é seguro para ser visualizado.
- (C) O site visitado está localizado em outro país.
- (D) O site visitado está em outra língua, diferente do português.

59. O uso de estilos, ferramenta disponível em editores de texto como o Microsoft Word ou BrOffice, é um recurso útil que permite, dentre outras funcionalidades, aplicar rapidamente um conjunto de opções de formatação a um texto selecionado. Marque um exemplo correto de aplicação dessa funcionalidade.

- (A) Realizar o cálculo de uma média de valores automaticamente utilizando a fórmula MÉDIA.
- (B) Salvar uma cópia do arquivo com um nome diferente.
- (C) Recortar e colar parte de um texto.
- (D) Aplicar a fonte Calibri, em Negrito, no tamanho 12, cor amarela, utilizando um estilo previamente configurado com essas opções.

60. Uma opção comumente utilizada para facilitar a visualização de dados em softwares de planilha eletrônica é a utilização de gráficos. Dois dos tipos mais utilizados são o barra (ou coluna) e o tipo pizza. Assinale a alternativa que possui o menu em que é possível inserir um gráfico no Microsoft Excel.

- (A) Menu Inserir.
- (B) Menu Ferramentas.
- (C) Menu Ajuda.
- (D) Menu Arquivo.

## PROVA DISCURSIVA

### PROPOSTA

Examine o seguinte trecho textual: “Considerado marco para os direitos humanos no Brasil e usado como modelo mundo afora, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) chega hoje (13) aos 32 anos. Após mais de dois anos de pandemia, pesquisadores ainda se debruçam sobre os dados para mensurar os prejuízos em diversas áreas, como **evasão escolar**, **violência doméstica** e **coberturas vacinais**, mas destacam que o estatuto continua a apontar o caminho para a proteção integral das crianças e adolescentes. [...] Passadas três décadas, o percentual de crianças e adolescentes fora da escola havia caído de 20% para 4,2%, a mortalidade infantil chegou a 12,4 por mil, e o trabalho infantil deixou de ser uma realidade para 5,7 milhões de crianças e adolescentes. Esses números, porém, são todos de antes da COVID-19 chegar ao Brasil” (*grifos da banca elaboradora*).

LISBOA, Vinícius. ECA faz 32 anos e tem desafios ampliados pela pandemia. **Agência Brasil**, Brasília, jul. 2022, Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-07/eca-faz-32-anos-e-tem-desafios-ampliados-pela-pandemia>. Acesso em: 18 mar. 2023.

Entre as três áreas destacadas pelo autor, escolha uma. Em seguida, escreva um texto, a fim de apresentar o exemplo de um problema relativo à área selecionada e, com base na legislação brasileira que normatiza “a proteção integral das crianças e adolescentes”, sugira uma solução para tal problema, mencionando os meios necessários a tal solução e as instituições que poderiam intervir nesse processo. O seu texto deve ser dissertativo-argumentativo, em prosa, com base na norma culta da língua portuguesa e deve ter o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas.

**FOLHA DE RASCUNHO**

01	
02	
03	
04	
<b>05</b>	
06	
07	
08	
09	
<b>10</b>	
11	
12	
13	
14	
<b>15</b>	
16	
17	
18	
19	
<b>20</b>	
21	
22	
23	
24	
<b>25</b>	
26	
27	
28	
29	
<b>30</b>	